



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



HOTEL NAOUM, BRASÍLIA, DF, 31 DE AGOSTO DE 2000

*Meu caro amigo, Presidente Gustavo Noboa, do Equador; meu compa-
nheiro Alberto Fujimori, do Peru; Vice-Presidente Marco Maciel, do
Brasil; Senhores Chanceleres aqui presentes; Senhores Ministros; Parla-
mentares; Presidente Roberto Teixeira da Costa; Senhora Cacilda Tei-
xeira da Costa; Presidente Salvador Carbó; Senhora Marta Chopitea,*

Devo desculpar-me, também, porque vou falar em português, por duas razões. Uma é protocolar. Aqui, ao Presidente não é permitido falar em outro idioma, a não ser o seu. A outra, porque não quero que vocês se dêem conta de que há uma descontinuidade entre o que disse o meu antecessor e eu.

E também por vingança. Porque, enquanto o Roberto falava eu pensei: “Bom, ele está tirando tudo o que eu ia dizer. Na substância, porque estamos de acordo”. Mas, também, quando chegamos, com a ditadura que existe no Brasil, que é a dos fotógrafos, pediram que nos aproximássemos – o Presidente Fujimori e o Presidente Noboa – e eu ia dizer da minha alegria, que já foi dita pelo Roberto Teixeira da Costa, de estarmos aqui juntos, em Brasília, outra vez, o Presidente do

Equador e do Peru. De modo que o Roberto já fez as homenagens, que são mais do que devidas, no caso em questão.

Creio que há coincidências de pontos de vista existentes, hoje, entre os setores privados e os governos, no que diz respeito aos nossos problemas comuns na América do Sul e na América Latina. Eles são de tal natureza que, quando estava escutando o Presidente do Ceal – Conselho de Empresários da América Latina –, eu pensava que ele tivesse profetizado o seu discurso com muito apoio do Itamaraty. Mas, depois, percebi que não, porque ele foi um pouco mais audacioso do que, normalmente, me é permitido ser, quando faço discursos monitorado pelo Itamaraty. Por isso mesmo, vou fazer mais ou menos monitorado, hoje.

Quero dizer, primeiro, realmente, da minha satisfação de poder encontrarmo-nos, aqui em Brasília, com o Ceal. Os trabalhos que o Ceal tem prestado a essa difusão de conhecimentos, aos esclarecimentos recíprocos na América Latina é, realmente, extraordinário. Só aqueles que conheceram as dificuldades dos contatos entre os nossos povos, no passado, é que podem imaginar isso.

E, se me permitem, até farei referências de ordem mais pessoal – e alguns, aqui, são da época a que vou me referir, não digo quando nem quem, para não criar dificuldades adicionais. Ah, mas quero dizer uma coisa, sim, e já dou sinal de quem é. O Roberto disse que aqui há dois Henrques ricos. Eu não sou um deles. Ele se referia ao Presidente do BID e ao Presidente da CAF. E o Presidente do BID, a quem me referi há pouco, indiretamente, se recordará de outras épocas, em que era muito difícil encontrar informações e um clima de convergência na nossa região.

Eu me recordo de que quando houve a reunião de Punta del Leste, no início dos anos 60, que foi importante, onde Che Guevara esteve presente, eu fui contactado pela Cepal, por um amigo nosso, do Hélio Jaguaribe também, Dom José Medina Echeverría. Eu havia escrito um pequeno trabalho sobre os empresários brasileiros. E Medina, então, me pediu que preparasse alguma coisa sobre a integração e sobre os empresários, para que fosse apresentado lá em Punta del Leste.

Entrevistei vários empresários brasileiros. A idéia de integração era muito abstrata. Na verdade, era uma idéia que vicejava, que ti-

nha força nos organismos burocráticos e num ou outro setor internacional, na Cepal e num ou outro setor do Governo. Mas que não encontrava, realmente, eco no setor empresarial, pelo menos naquele época, no começo dos anos 60.

Mais tarde, uma vez, fui à América Central, a pedido do Dom Raúl Prebisch. Estávamos discutindo a formação do banco de integração. Era a mesma coisa. Havia enorme dificuldade em transmitir a idéia de integração e da importância desses setores. Nunca deixei de me preocupar com isso.

Anos mais tarde, já no fim dos anos 60, eu era professor na França, em Nanterre, na Universidade de Paris, e estava fazendo um trabalho, juntamente com quem, hoje, é nosso Embaixador em Cuba, Luciano Martins, a respeito, outra vez, dos empresários. Aí, eu tinha estendido um pouco as minhas pesquisas. Eu tinha feito pesquisas na Argentina, no Chile, no México e no Brasil. Assim, começou a haver um pouco mais de sensibilidade, mas ainda era remota a sensibilidade para essas questões. O trabalho não serviu para aumentar a integração, mas serviu para me dar uma cátedra na Universidade de São Paulo, porque aproveitei os temas dessa pesquisa e, em 68, apresentei, como resultado desse trabalho, uma tese de cátedra e tive a felicidade de ganhá-la. Não durou muito porque, seis meses depois, me aposentaram. Devo dizer à imprensa que foi por ordem militar e não porque eu era moço e queria ganhar dinheiro, como vão interpretar imediatamente, e proporcionalmente com salário muito reduzido. Mas, enfim, para isso serviu o esforço.

Mas, de fato, era muito difícil que se notasse algo além de um interesse muito discreto do empresariado por questões de integração, muito discreto. E era justificável que fosse assim, porque estávamos, ainda, numa fase em que nem se sentiam os albores do que hoje se chama esse processo de globalização, na sua etapa, hoje, financeira. Naquela época, o que interessava muito mais, aqui, era a questão da indústria de bens de consumo. Havia uma preocupação muito grande, nossa, na região, com o aprofundar do processo do que foi chamado de substituição de importações, ou seja, fazer com que os

nossos países pudesse produzir aqui o que importávamos. Não havia, por consequência, grandes ganhos na discussão mais centrada por parte do empresariado em termos da integração. O que apoiamos era um processo de industrialização, no qual nós apostávamos. E, nesse nós, me refiro ao setores políticos interessados no desenvolvimento econômico, na luta contra o subdesenvolvimento, aos setores burocráticos e tecnocráticos nos vários países, na Cepal especialmente, nos setores acadêmicos. Estávamos todos imaginando que podíamos ficar menos vulneráveis ao que se chamava, então, a deterioração das relações de troca, fenômeno que é conhecido nosso até hoje: a queda contínua do preço dos produtos exportados, as *commodities*, sem ser compensada por uma diminuição do preço dos produtos industrializados.

Bom, isso era o que nos preocupava. E a idéia que se mantinha, na verdade, era a de que a alavanca para esse processo dependia de políticas públicas e de uma ação mais eficaz do Estado, para garantir condições tanto de acumulação de recursos, de capitais, quanto de orientação de investimentos.

Não se pode dizer que não tenha havido êxito nesse processo. Esse processo teve êxito.

Os anos 50, 60 e 70 foram anos em que houve uma grande transformação. E a idéia era somar esforços para uma relação mais equânime, mais equitativa com as economias centrais. Esse era o grande discurso de Dom Raúl Prebisch, que era o inspirador de todos nós naquela ocasião. Em cada um dos nossos países havia os economistas e os sociólogos que seguiam essa orientação. Aqui, no Brasil, Celso Furtado e o próprio Hélio Jaguaribe, que aqui está. E todos nós éramos seguidores desses luminares da nossa visão de um desenvolvimento, que era um desenvolvimento que estava baseado nisso. E esse discurso tinha ressonância no empresariado e ninguém sequer discutia o papel protagônico do Estado porque, sem ele, não seria possível operar essas transformações.

No caso específico do Brasil, toda a indústria fundamental foi feita sob incentivos, com barreiras tarifárias e, muitas vezes, com

investimento direto. Mesmo quando houve tentativas – como, no nosso caso, houve – de fazer com que o setor privado se interessasse por alguns setores de produção que fossem além dos bens de consumo, elas fracassaram.

A Companhia Siderúrgica Nacional, que agora está privatizada, no início, foi uma tentativa de fazê-la com capitais privados e até um esforço ingente do governo brasileiro para que houvesse um apoio de capitais externos. Recordo-me, num dos trabalhos, creio que do professor Luciano Martins também, que a United States Steel Corporation foi taxativa em dizer que não tinha interesse, porque o mercado brasileiro não era suficiente para um investimento daquela magnitude e que o Brasil podia ser, no máximo, um consumidor de alguns produtos acabados. Então, isso levou, progressivamente, o setor estatal a colocar recursos.

E, hoje, nós criamos a Companhia Siderúrgica Nacional, que foi o marco da industrialização do Brasil. Mas, quando chegou o setor de telefonia, num dado momento, também, e mesmo no setor de energia elétrica, havia gargalos de investimento. E esses gargalos não eram rompidos, porque havia uma certa descrença dos setores privados internacionais, primeiro quanto à orientação política dos governos locais. No caso brasileiro, não só o central, mas os estaduais, porque alguns tinham idéias de desapropriação e de controle de monopólio estatal, e havia pouco investimento. E foi por isso que o Estado entrou com mais força e teve que tomar a dianteira, em vários dos setores básicos da produção no Brasil.

Ora, hoje a realidade é completamente diferente. Completamente diferente porque esse processo, chamado de globalização, assumiu um perfil muito mais abrangente. E porque também existe, já, uma base industrial consistente em muitos dos nossos países, em muitos dos países da região, uma diversificação industrial muito grande e uma associação também grande, entre setores externos e internos.

Nós passamos por uma etapa, no Brasil, em que se falava de um tripé, que era preciso para dar impulso a alguns setores básicos da atividade econômica: aportes do Estado, aportes do setor privado do

país e aportes do setor privado internacional – e, às vezes, até do setor público, através de empréstimos de bancos de desenvolvimento.

O fato é que, de lá para cá, houve essa imensa transformação, que não vem ao caso recordar, porque aqui todos nós sabemos. E, certamente, aquilo que mais impactou, nesse processo mais recente de globalização, foi o fato de que os fluxos financeiros se globalizaram e a revolução tecnológica, através da informática, da telemática e tudo o mais, permitiu um controle a distância de tudo, e houve a possibilidade do redirecionamento de investimentos, de uma nova divisão internacional do trabalho. As empresas produzem parte daquilo que é necessário para o produto final, em áreas diversas do globo. Tudo isso é controlado a distância, sem nenhum problema. Da mesma maneira os fluxos financeiros.

Enfim, temos uma transformação enorme. E, juntamente com essa transformação enorme, é verdade que houve, também, uma enorme capacidade de criação de riqueza, mas voltamos a ter uma forte exposição das economias domésticas aos humores do mercado internacional. Não tanto do comércio quanto do setor financeiro internacional.

Então, de alguma maneira, fizemos um longo percurso. Não é que seja a mesma coisa do passado. A vulnerabilidade é de outra natureza e os recursos de que dispomos para reagir a isso também são de outra natureza. Mas, de alguma forma, estamos, de novo, prestando mais atenção à relação entre o doméstico e o internacional e estamos, naturalmente, assistindo a essas enormes transformações, a essa mutação que está acontecendo aqui.

E nós vemos que agora já temos uma fase em que o modelo de desenvolvimento novo tem já o mercado como motor. Já não é mais o Estado. É o mercado como motor. E esse mercado, de alguma maneira, não pode ser pensado mais em termos de um mercado doméstico. Esse mercado está interligado. Então, é natural, também, que nós tenhamos que abrir o nosso espaço. A livre iniciativa tem uma presença muito forte nisso, há uma redução de custo de produção que é muito acentuado. Nós temos assistido ao processo de aumento de produtividade muito grande.

Basta dizer que no caso da produtividade industrial, aqui no Brasil, o último dado que vi me assustou. Na década de 90, em média foi 7% ao ano. Eu sei das dificuldades de medir produtividade, pode-se, aí, dar um certo desconto, porque é sempre arriscado falar. Mas mesmo que se diminuam dois pontos, quer dizer, 5% ao ano, do aumento de produtividade, vê-se que estamos diante de uma nova realidade, muito mais dinâmica. E essa nova realidade muito mais dinâmica requer, também, um acompanhamento de outra natureza. Nós não podemos imaginar que a regulação possa se dar como se deu no passado. Pelo contrário, temos que criar novos mecanismos de regulação. E em todos os nossos países, de uma maneira ou de outra, o que nós estamos assistindo é uma presença forte de tecnologias novas, nova presença de capital estrangeiro, novas formas de associação entre capital doméstico e capital estrangeiro, a transformação da ação do Estado, o que não pode significar uma ausência do Estado nesse processo.

Aqui, no caso brasileiro, em todas as áreas que nós privatizamos, ou seja, onde o Estado se recolheu para outras funções, o Estado não deixou de criar órgãos que fossem capazes de regular essas atividades, agora privadas. Criamos, para cada um dos setores de privatização, uma agência regulamentadora. No caso da telefonia chama-se Anatel, no caso do petróleo a ANP – Agência Nacional do Petróleo. E assim vai. No caso da energia elétrica, é a Aneel. E assim vai, quer dizer, para cada setor privatizado, nós temos um órgão regulador.

E esse órgão regulador tem uma natureza diferente da natureza anterior do Estado brasileiro. Não é mais burocrático. Trata-se de órgãos compostos por pessoas que são nomeadas pelo Presidente da República, mas que submete as nomeações ao Senado da República, e as pessoas têm mandato. E há a idéia da defesa do consumidor também.

Trata-se, portanto, de um órgão que cuida do interesse do Estado, certamente. Mas não cuida só do Estado, cuida do interesse do consumidor. E que também, por outro lado, é uma garantia para o investidor de que os contratos vão ser cumpridos. E que não haverá a interferência política, no mau sentido, de fazer com que se posterguem pagamentos, ou que não se cumpram contratos. Enfim, nós

adaptamos o Estado brasileiro no setor produtivo a essas questões todas.

Eu me referi ao Brasil mas, obviamente, processos semelhantes estão ocorrendo em várias partes da nossa região. Tudo isso está se dando dentro de um novo marco também, digamos, geral, político. Não é por acaso que nós podemos hoje dizer com tranquilidade que temos em toda a nossa região processos democráticos que servem de base e de legitimação para os governos que se estabelecem. Um novo clima, um clima de liberalização dos sistemas políticos, de tal maneira que temos, hoje, não apenas a mudança do marco produtivo, as transformações das estruturas do Estado, mas, também, as transformações mais gerais, eu diria até mesmo da cultura política e da capacidade que tem a cidadania, de exercer controle e pressão sobre as decisões que são tomadas diretamente pelo Estado ou através desses órgãos.

Isso tudo, de alguma maneira, alcançou o conjunto das nossas sociedades. Talvez por isso a idéia de integração tenha voltado a ter presença e força. Nós, hoje, temos, como todo mundo sabe, dois grandes grupos na região da América do Sul, que são o Mercosul e o Pacto Andino. Cada um tem suas especificidades.

O Mercosul, hoje, é um processo que se consolida. Obviamente, existem problemas, sempre existem, sobretudo, na área comercial, como existem problemas na Europa entre os países que pertencem à União Européia. A Inglaterra não sabe se aceita ou não a moeda comum. E por aí vai. Aqui também, vez por outra, ou todas as vezes, existem choques, que são choques comerciais.

Eu olhei para o Ministro Domingos Cavallo ali. Eu dizia vez por outra, mas ele sabe, é quase sempre. Mas também nós temos tido a capacidade, quase sempre, de resolver essas questões. Há uma ou outra tensão aqui e ali, e nós não podemos confundir a idéia de Mercosul, como a idéia de Pacto Andino, com os choques que ocorrem. Ou com a idéia simplesmente dos interesses que, muitas vezes, são contrariados. E são difíceis de ser, enfim, acomodados. E também não devemos, a meu ver, confundir esse objetivo, que é o objetivo da construção de redes – para usar a expressão do Roberto – que vão

além do Estado Nacional com a situação momentânea de um ou outro país.

Quem tivesse visto o que estava acontecendo no Brasil, no fim de 98 e começo de 99 – e alguns dos presentes aqui viram –, diria: “Bom, acabou, não vai ser possível mais Mercosul, não sei o quê, vem desvalorização”. Não. Não aconteceu assim. Nós tivemos a capacidade de reorganizar as nossas decisões, de tomar medidas necessárias, de criar condições para uma retomada de crescimento. Certamente, quem olhar algum outro país hoje, da América do Sul, vai dizer: “Bom, não é possível mais. Questão de tempo.”

Nós não podemos confundir objetivos, que são permanentes ou mais permanentes, na História, com as flutuações de humor do mercado, muitas vezes, do mercado internacional, de crises que são provocadas por esse mercado, de inadequações e inadaptações nossas, em certos momentos, de dificuldades de política econômica, monetária, etc., com objetivos que são objetivos de mais longo prazo. Daí a importância do Ceal, porque ele permite a ligação, a rede contínua entre empresários, a despeito das variações de governo, de políticas ocasionais aqui e ali, de conjunturas que podem ser de maior pessimismo ou de menor pessimismo.

O fato é que estamos levando adiante este processo de uma maneira consistente. Se olharmos os objetivos do Tratado de Assunção, vamos ver que, bem ou mal, eles vão se cumprindo. É claro que, a cada instante, é preciso renovar energias. Recentemente, em Buenos Aires, falou-se disso com muito afinco. Ainda mais recentemente, falou-se disso na preparação desse encontro que teremos a partir de hoje à noite, aqui em Brasília. Houve um grupo de intelectuais e técnicos da Argentina e do Brasil, da América do Sul em geral, que se reuniu e fez as críticas pertinentes – algumas, outras não –, não sei, de tudo, de quase tudo. Mas, de qualquer maneira, vê-se que há um contínuo aprimoramento de idéias. E, nós estamos, certamente, num momento em que temos que levar a sério o que também já disse o Doutor Roberto, que é uma expressão de que eu gosto: é a geometria variável das nossas relações.